

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS**

**(AUDIÊNCIA PÚBLICA)**

**REQUERIMENTO Nº                      DE 2007**

**(DO SR. ADÃO PRETTO)**

Solicita que sejam convidados o sr. Rolf Hackbart, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, o sr. Leôncio de Souza Brito Filho – Presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA, a Dra. Debora Duprat, Sub-Procuradora Geral da República, a sr. Zúlu Araújo, Presidente da Fundação Palmares e o Representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas para comparecer a esta Comissão a fim de discutir o Projeto de Decreto Legislativo nº 44 de 2007 que se encontra em tramitação.

Senhor Presidente,

nos termos do art 24 parágrafo XVI do regimento , requiero a Vossa Excelência, ouvindo o plenário desta Comissão, que sejam convidados a comparecer a este órgão técnico, em reunião de audiência pública o sr. Rolf Hackbart, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra, o sr. Leôncio de Souza Brito Filho – Presidente da Comissão Nacional de Assuntos Fundiários da CNA, a Dra. Debora Duprat, Sub-Procuradora Geral da República, o sr. Zúlu Araújo, Presidente da Fundação Palmares e o Representante da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Quilombolas.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Se encontra nesta Comissão o Projeto de Decreto Legislativo 44/2007, de autoria do Deputado Valdir Colatto que susta a aplicação do Decreto nº 4.887 de novembro de 2003, o qual regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a justificativa da exorbitância no uso do poder regulamentar conferido à espécie normativa de decretos.

Com a assinatura do Decreto 4.887 de novembro de 2003 pelo Presidente da República, se abriu um debate na sociedade sobre a questão quilombola, tema muitas vezes passado despercebido pela sociedade brasileira. Com o início das demarcações a polêmica se ampliou junto aos proprietários, prefeituras, comunidades quilombolas e entidades de direitos humanos. O Decreto visto como um avanço no reconhecimento dos direitos destas comunidades, abriu uma grande discussão, e conseqüentemente estão acontecendo mobilizações em diversas regiões do País, com posições favoráveis e contrárias ao decreto.

Por estas razões, propomos que esta Comissão realize audiência pública, com o intuito de promover um debate para que as dúvidas sejam sanadas evitando assim que novamente as comunidades negras sejam prejudicadas em seus direitos.

**DEPUTADO ADÃO PRETTO PT/RS**